

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA –
UFV CAMPUS FLORESTAL - CAF INSTITUTO DE CIÊNCIAS
BIOLÓGICAS E DA SAÚDE – IBF
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

CAROLINA SERNIZON VIEIRA

**GÊNERO E PRÁTICAS CORPORAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UM
RELATO DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO PROGRAMA RESIDÊNCIA
PEDAGÓGICA**

**FLORESTAL/MG
2024**

CAROLINA SERNIZON VIEIRA

**GÊNERO E PRÁTICAS CORPORAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UM
RELATO DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NO PROGRAMA RESIDÊNCIA
PEDAGÓGICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Viçosa UFV - Campus
Florestal, como parte dos requisitos para
obtenção do título de licenciado em Educação
Física.

Orientadora: Profª Drª Marcília de Sousa Silva

**FLORESTAL/MG
2024**

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso apresenta uma experiência significativa vivida durante o Programa Residência Pedagógica (PRP), realizado em uma escola municipal na cidade de Florestal, localizada na região metropolitana de Belo Horizonte/MG, com turmas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. O projeto, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Viçosa/Campus Florestal (UFV-CAF), permitiu uma imersão no cotidiano escolar, com especial atenção à integração das questões de gênero nas aulas de Educação Física. O principal objetivo deste trabalho foi relatar e analisar as práticas pedagógicas adotadas durante o estágio, com foco em promover um ambiente inclusivo e equitativo. A inclusão de atividades que abordam o tema de gênero teve como propósito incentivar uma participação mais ativa e igualitária de todos os alunos, rompendo estereótipos e promovendo o respeito nas interações entre meninos e meninas. A metodologia de pesquisa foi de caráter qualitativo, com base em observações e reflexões contínuas das práticas aplicadas entre os anos de 2022 e 2024. Os resultados demonstram que a abordagem das questões de gênero nas aulas de Educação Física contribuiu para o desenvolvimento de um ambiente escolar mais colaborativo e sensível às diferenças, além de ampliar a participação feminina nas atividades físicas.

Palavras-chave: Educação Física; Programa de Residência Pedagógica; Gênero; Prática Pedagógica.

ABSTRACT

This course completion work presents a significantly vivid experience during the Pedagogical Residency Program (PRP), carried out in a municipal school in the city of Florestal, located in the metropolitan region of Belo Horizonte/MG, with classes from the 1st to the 5th year of education. fundamental. The project, developed in partnership with the Federal University of Viçosa/Campus Florestal (UFV-CAF), brought an insertion into everyday school life, with special attention to the integration of gender issues in Physical Education classes. The main objective of this work was to report and analyze the pedagogical practices adopted during the internship, with a focus on promoting an inclusive and equitable environment. The purpose of including activities that address the topic of gender was to encourage more active and equal participation from all students, breaking stereotypes and promoting respect in interactions between boys and girls. The research methodology was qualitative in nature, based on continuous observations and reflections on the practices applied between the years 2022 and 2024. The results demonstrate that the approach to gender issues in Physical Education classes contributed to the development of a school environment more collaborative and sensitive to differences, in addition to increasing female participation in physical activities.

Key-words: Physical education; Pedagogical Residency Program; Gender; Pedagogical Practice.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1.1 O início da experiência.....	7
1.2 O porquê do relato de experiência	7
1.3 O contexto escolar da experiência	8
1.4 Minha participação.....	9
1.5 Sistematização da experiência.....	11
1.6 Mapa conceitual	13
3 REFERENCIAL TEÓRICO	14
3.1 Categorias e conceitos norteadores do estudo	14
3.2 Gênero.....	14
3.3 Gênero e Educação	16
3.4 Gênero e a Educação Física Escolar	18
3.5 O Programa Residência Pedagógica.....	20
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO: O Relato Propriamente Dito	21
5 CONCLUSÕES	23
REFERÊNCIAS	24

INTRODUÇÃO

O atual trabalho de conclusão de curso, expõe uma experiência de ser residente em uma escola municipal na cidade de Florestal, localizada na região metropolitana de Belo Horizonte/MG. Tal experiência ocorreu do 1º ano ao 5º ano do ensino fundamental proporcionado pelo Programa Residência Pedagógica (PRP) em parceria com a Universidade Federal de Viçosa/Campus Florestal (UFV-CAF).

O PRP tem por finalidade contribuir para a melhoria da qualidade da formação de professores, preparando-os de maneira mais completa e eficiente para enfrentar os desafios da profissão docente. Além disso, o programa busca fortalecer as parcerias entre universidades e escolas públicas, promovendo uma troca de saberes e experiências que beneficiam tanto os estudantes quanto as instituições envolvidas.

No desenvolvimento do PRP, a vivência foi capaz de reforçar o aprendizado sobre o ambiente educacional, a escola e as práticas pedagógicas, principalmente atravessadas pelas relações gênero. Em princípio, este relato de experiência tem o intuito de apresentar as as vivências e aprendizados obtidos ao longo do programa na escola, enfatizando as práticas pedagógicas com relação às questões de gênero.

Nesse sentido, são destacados conceitos e contextualizações, tais como a inter-relação entre gênero e escola, gênero e educação física escolar, e a prática corporal no contexto do Programa Residência Pedagógica. Em paralelo, foi buscado no programa não simplesmente apresentar uma experiência e vivência adquiridas, mas também refletir a importância da prática pedagógica abordando metodologias que desse focassem a temática sobre gênero na educação básica.

Nesta perspectiva, este trabalho objetiva relatar uma experiência pessoal do PRP com visras nas normas legislativas, nos dispositivos pedagógicos e nos pretendidos resultados dessa proposta. Com relato é esperado que possa transmitir inspiração a outros e outras profissionais e gestores/as públicos a investir a investir a ampliar ações coletivas para melhoria da educação em toda sua amplitude de significados.

Assim, julgo relevante ressaltar os caminhos que me aproximaram da temática sobre gênero e práticas corporais na educação física escolar. Desde o momento em que ingressei no curso de Licenciatura em Educação Física tenho um interesse pela questão de gênero na escola, devido a minha vivência pessoal no durante o minha escolarização. Com o passar dos períodos no curso e ao longo da minha participação

no Programa Residência Pedagógica, passei por muitas experiências que me acarretaram mais interesse por essa questão, sobretudo, quando no início do PRP, a coordenadora nos instigou a realizar o relato da nossa experiência no dia a dia da dinâmica escolar. Assim, surgiu a minha vontade de realizar esse relato abordando com mais atenção a questão de gênero nas aulas de educação física na escola.

Cabe destacar que os trabalhos de relato de experiência eles surgem em um contexto de escassez de propostas avaliativas de projeto e programas, nesse sentido constituir um relato de experiência no interior de um programa como residência pedagógica possibilita a criação de uma tradição avaliativa de cunho qualitativo e coletivamente referenciado.

1.1 O início da experiência

1.2 O porquê do relato de experiência

Este estudo se constitui por uma abordagem qualitativa, fundamentado em experiências vivenciadas durante a permanência no Programa Residência Pedagógica, desenvolvido entre novembro de 2022 a abril de 2024. O relato de experiência é um meio de compartilhar vivências, práticas e até mesmo resultados em um determinado contexto. Com ele proponho discutir aspectos empíricos relacionados ao programa, buscando transparecer a importância do relato e ampliando a transferência de informações entre profissionais e pesquisadores/as, dando espaço para discussões críticas, acarretando melhorias no desenvolvimento acadêmico e profissional.

O Programa Residência Pedagógica no qual estive vinculada é oferecido em conjunto com o curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Viçosa, no Campus Florestal (UFV/CAF). Este programa envolve a colaboração de uma docente coordenadora vinculada à UFV/CAF, 15 residentes, uma preceptora e um preceptor que exercem a docência na escola. O Programa foi desenvolvido em três escolas: uma municipal e duas estaduais. No entanto, a minha atuação, que está sendo objeto deste relato, concentrou-se exclusivamente na instituição de ensino municipal e nela contamos com a participação da coordenadora, de uma professora preceptora e 6 residentes.

Nesse contexto, abordo a minha relação com as turmas de que maneira e quais estratégias utilizei para abordar a questão de gênero nas aulas de educação

física. O relato inicia por meio de uma normativa institucional, ou seja, uma exigência e compromisso assumido pelas pessoas que se submeteram ao edital de seleção. Contudo, ele foi um importante artefato para provocar um olhar sensível e crítico das pessoas envolvidas nas práticas do PRP. Desse modo, minha inquietação sobre as questões de gênero relacionadas às práticas corporais da educação física escolar foi ampliada, gerando a reflexão que apresento nesse trabalho.

Nesta lógica, o relato visa, também, servir como inspiração para outros/as pesquisadores/as, seja para realizarem práticas semelhantes ou inovadoras em suas determinadas áreas de atuação, procurando solucionar problemas, ampliando o conhecimento e o deixando mais contextualizado, aprimorando o espaço universitário e de atuação como lócus de formação.

1.3 O contexto escolar da experiência

Minha investigação se fundamenta em um conjunto de categorias analíticas, conceitos e contextualizações, tais como a relação de gênero-escola, gênero-educação física escolar, prática corporal-programa residência pedagógica. Reflito sobre qual a função, limites e possibilidades do estágio e quais são as atribuições e expectativas do programa em relação aos seus residentes.

A experiência no PRP foi marcada por práticas pedagógicas em diferentes escolas e níveis de ensino da educação básica, ou seja, ensino fundamental e ensino médio. Foram 18 meses de vivências na docência no âmbito do Programa Residência Pedagógica (PRP) nas redes estadual e municipal de ensino.

No primeiro momento, a imersão na dinâmica escolar promovida pelo PRP aconteceu numa escola estadual na qual foram desenvolvidas ações pedagógicas referenciadas pelo currículo referência de Minas Gerais para o ensino médio. Assim, a experiência permitiu que fossem desenvolvidas práticas educativas na educação física e nos itinerários formativos do ensino médio.

No segundo momento, a vivência aconteceu na escola municipal que abarca o ensino fundamental. É importante ressaltar que este relato não abrange todo o período de desenvolvimento do programa, mas refere-se exclusivamente aos oito meses em que estive diretamente envolvida na Escola Municipal, especificamente entre agosto de 2023 e abril de 2024.

O contexto do qual emerge este relato de experiência é uma escola de

educação básica situada em Florestal, uma cidade da região metropolitana a 64 km de Belo Horizonte. Esta instituição é dedicada ao primeiro ciclo do ensino fundamental (1º ao 5º ano), operando nos turnos matutino e vespertino (das 7h00 às 11h45 e das 12h30 às 16h45) e, sendo a única escola na cidade a oferecer o primeiro ciclo do ensino fundamental. Vale ressaltar que minha participação foi exclusivamente ao turno vespertino, de 12:30 às 16:45 h.

Na escola, as aulas de Educação Física eram realizadas na quadra localizada no seu entorno, o que exige um deslocamento das crianças para fora dos muros da escola com o acompanhamento da professora e da residente. A quadra poliesportiva é coberta, conta com as marcações características de alguns esportes, um palco, banheiros e bebedouros. A quadra é fechada e segura garantindo a integridade das crianças nas aulas de educação física.

A instituição escolar, por meio da supervisão e acompanhamento da professora preceptora, permitiu acesso às informações complementares sobre as crianças envolvidas nas práticas, como por exemplo presença de crianças com deficiências e diferentes hábitos. A escola disponibilizou os recursos didáticos necessários para o desenvolvimento do PRP, como bambolês, cones, bolas dos esportes: vôlei, futsal, basquetebol e handebol e outros materiais. O público foi caracterizado como estudantes do Ensino Fundamental I – 1º ao 5º ano – compreendendo a faixa etária dos 06 aos 11 anos de idade.

No que tange à escola, os cuidados éticos adotados na condução desse trabalho incluíram a omissão dos nomes da instituição escolar onde foi realizado o Relato de Experiência, bem como dos professores e coordenadores envolvidos no Programa Residência Pedagógica. Somente informações de domínio público foram utilizadas, assegurando o respeito à privacidade e integridade de todos os participantes.

1.4 Minha participação

O contato inicial com a escola ocorreu aconteceu de forma coletiva com a participação de todos/as licenciandos em educação física que haviam se vinculado ao PRP. Esse início foi importante para que a escola conhecesse o programa e os/as residentes que atuariam nas ações educativas da educação física. A partir desse momento, iniciei, junto ao coletivo, os planejamentos e execuções das atividades das

aulas as quais a preceptora fornecia a temática, e nós, residentes, éramos responsáveis pela elaboração do plano de aula correspondente à unidade a ser abordada com os/as estudantes.

No plano de ensino compartilhado pela preceptora, mantínhamos a temática por aproximadamente três semanas, o que nos permitia realizar um trabalho mais detalhado e adequado para cada turma, além de avaliar continuamente as necessidades dos/das alunos/as para avançar no conteúdo trabalhado.

Além do foco nas aulas relacionadas ao conteúdo programático da escola, também desenvolvi um projeto voltado para a temática de gênero, com o objetivo de explorar e abordar essas questões no ambiente escolar. As análises realizadas são discutidas diariamente ou semanalmente por meio de diálogos entre preceptora e residente responsável no dia a dia. Os residentes são incumbidos de observar e avaliar ações específicas. As avaliações são conduzidas de forma individual, reunindo informações relevantes sobre cada aluno para serem apresentadas em reuniões coletivas. Nessas reuniões, são discutidos problemas e sugestões para melhorias coletivas, a partir das quais são implementados novos métodos pedagógicos.

No meu primeiro contato com a escola e com os/as alunos/as, pude observar situações que despertaram meu interesse pela abordagem da questão de gênero nas aulas de Educação Física, assim como em outros espaços da escola. Ao buscar os/as alunos/as na sala de aula para nos dirigirmos à quadra, notei que, em algumas turmas, havia a prática de formar filas separadas de meninos e meninas, sem qualquer interação entre eles. Era comum observar meninos conversando apenas com outros meninos e meninas apenas com outras meninas. Mesmo nas turmas onde havia uma única fila mista, percebia-se que, espontaneamente, a fila acabava dividida, com meninos de um lado e meninas de outro.

Observando os alunos em outros momentos, como no horário do lanche e no recreio, ficou claro que os grupos de brincadeiras seguiam a mesma lógica: raramente havia grupos mistos. As atividades e interações eram quase sempre segregadas, com meninos brincando entre si e meninas formando seus próprios grupos. A mistura entre gêneros nas brincadeiras era incomum.

Além disso, notei que, quando ocorriam desavenças entre os alunos, seja nas filas, nos espaços comuns da escola ou durante as aulas, as disputas geralmente envolviam meninos contra meninas. Era raro presenciar conflitos entre alunos do mesmo gênero, o que reforçava a percepção de que havia uma forte divisão entre

meninos e meninas, resultando em uma espécie de competição entre os grupos. Essas observações foram fundamentais para entender a dinâmica de gênero presente no ambiente escolar e embasaram minha escolha de estratégias para trabalhar essa questão nas aulas de Educação Física.

1.5 Sistematização da experiência

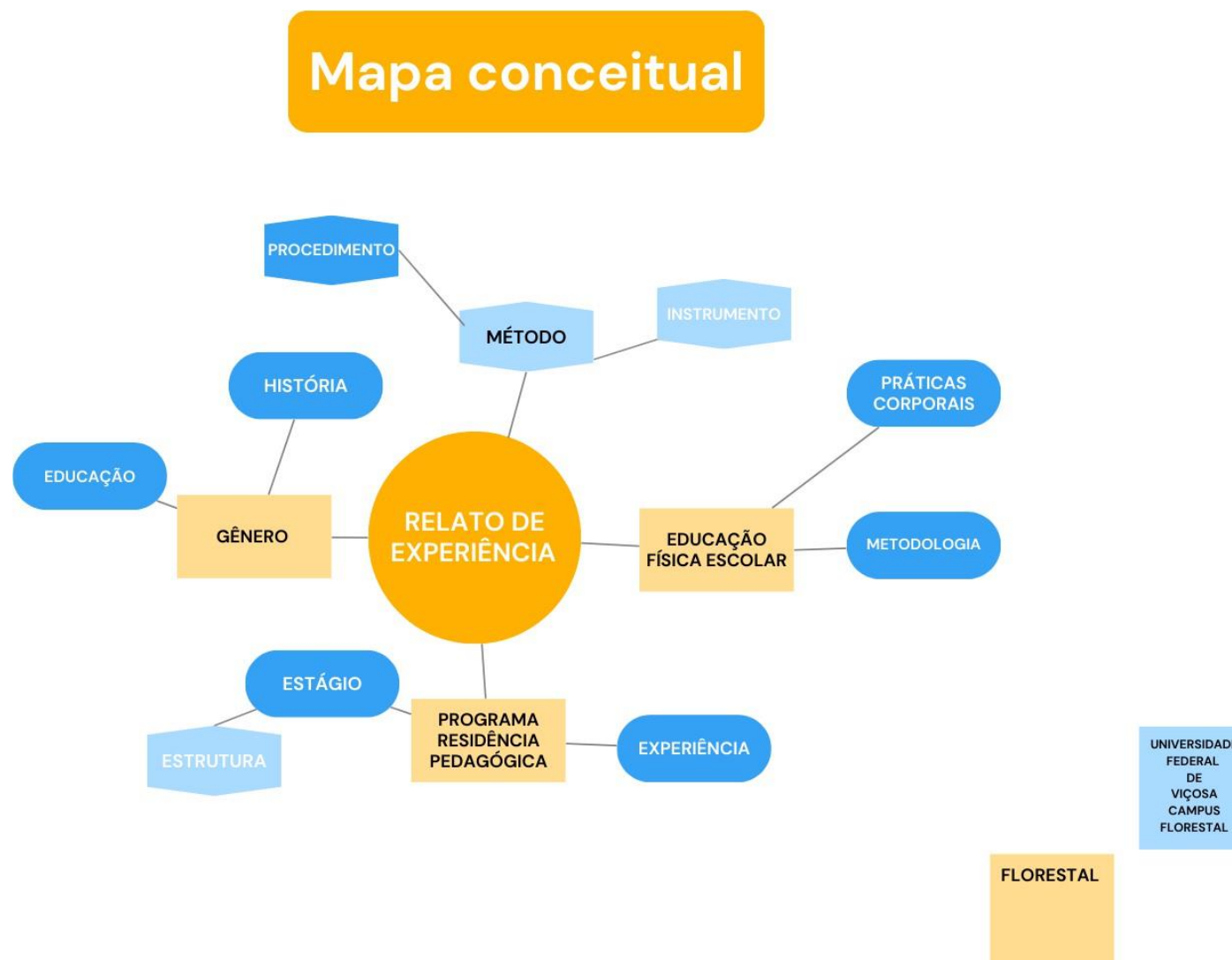
A sistematização da experiência vivida durante o estágio no Programa Residência Pedagógica se deu por meio da criação de um mapa conceitual voltado às memórias e vivências acumuladas ao longo desse período. O mapa conceitual foi uma ferramenta fundamental para organizar e interligar os diferentes momentos e aprendizados adquiridos, permitindo uma visão holística das práticas corporais e das questões de gênero observadas no contexto da educação física escolar. Através dessa metodologia, foi possível conectar as experiências práticas com os fundamentos teóricos, destacando como as interações com os alunos, as atividades propostas e os desafios encontrados contribuíram para o desenvolvimento de uma compreensão crítica sobre a influência do gênero nas práticas corporais.

Durante a construção do mapa conceitual, as memórias do estágio foram revividas e analisadas, permitindo identificar padrões, relações e insights que talvez não fossem perceptíveis de imediato. Esse processo de rememoração e reflexão, conforme discutido por autores como Nóvoa (2009), é essencial para a formação docente, pois transforma as experiências vividas em conhecimento pedagógico. A rememoração das situações práticas vivenciadas durante o estágio permitiu uma análise mais aprofundada das dinâmicas de gênero presentes nas aulas de educação física, revelando como essas dinâmicas influenciam o engajamento e a participação dos alunos nas atividades propostas.

Para justificar a utilização do mapa conceitual como ferramenta de sistematização, é importante mencionar autores como Novak e Gowin (1984), que destacam o valor dos mapas conceituais na organização do conhecimento e na construção de significados. Além disso, autores como Clandinin *et al.* (2000) abordam a importância das narrativas e das memórias na formação de professores, ressaltando como essas ferramentas permitem que os docentes reflitam sobre suas práticas e desenvolvam uma compreensão mais profunda e contextualizada do seu papel educativo. Assim, o mapa conceitual não apenas sistematiza as experiências

do estágio, mas também serve como um ponto de partida para uma reflexão contínua sobre as práticas de ensino e a construção da identidade docente.

1.6 Mapa conceitual



3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Categorias e conceitos norteadores do estudo

Meu relato se fundamenta em um conjunto de categorias analíticas, conceitos e contextualizações, tais como a relação de gênero-escola, gênero-educação física escolar, prática corporal-programa residência pedagógica. Reflito sobre qual a função, limites e possibilidades da ação pedagógica e quais são as atribuições e expectativas do programa em relação aos/às seus/suas residentes.

Na revisão de literatura para este trabalho, dediquei-me à leitura de artigos que abordam relatos de experiências, buscando fundamentar e estruturar de forma concreta o meu próprio relato de estágio. Além disso, revisei estudos que tratam das questões de gênero e sua relação com a educação física escolar, o que foi essencial para compreender as dinâmicas e os desafios presentes nesse contexto. Também explorei trabalhos específicos sobre o Programa Residência Pedagógica, visando entender melhor suas diretrizes e objetivos, e como esses elementos se entrelaçam com as práticas pedagógicas voltadas para a educação física e as questões de gênero. Essa base teórica foi crucial para embasar a análise crítica e a sistematização das experiências vividas durante o estágio.

Num segundo momento, recupero da teoria os significados de gênero, gênero e escola, gênero e educação física escolar, o Programa Residência Pedagógica e como eles se relacionam com a realidade concreta da prática pedagógica. Introdutoriamente, caracterizo o grupo de crianças estudantes da escola. Retomo também a discussão sobre a importância da questão de gênero na educação física escolar de um modo geral, analisando como a metodologia, prática corporal e a aula em si de educação física se articulam.

3.2 Gênero

Gênero é uma categoria complexa e multidimensional que vai além das diferenças biológicas entre os sexos, sendo fundamental para a compreensão das relações sociais e de poder. Joan Scott *et al.* (1995), em seu influente artigo “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”, argumenta que o gênero deve ser entendido como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primária de dar sentido às

relações de poder. Segundo Scott (1995), o gênero não é apenas uma característica dos indivíduos, mas uma estrutura que organiza o modo como as relações sociais são vividas e interpretadas.

Além de Joan Scott, autores como Judith Butler (2014) contribuem significativamente para a discussão sobre o conceito de gênero. Butler (2014), propõe que o gênero não é algo que se é, mas algo que se faz, reiteradamente, através de performances e que a identidade de gênero é construída por meio de práticas discursivas que reforçam ou subvertem normas estabelecidas, e essa performance contínua é o que constitui o gênero. Assim, o gênero é entendido como uma construção cultural que está em constante processo de ser feito e desfeito.

A construção social do gênero também é abordada por Raewyn Connell (2013), que introduziu o conceito de masculinidade hegemônica. Connell (2013) argumenta que o gênero é uma prática social que envolve relações de poder e que as identidades de gênero são formadas dentro de um contexto de dominação e subordinação. A masculinidade hegemônica, por exemplo, não apenas impõe um padrão de comportamento aos homens, mas também legitima a posição dominante dos homens na sociedade. Dessa forma, o gênero é uma ferramenta para entender como as desigualdades são estruturadas e mantidas.

No contexto da Educação Física escolar, compreender o conceito de gênero é essencial para analisar como as práticas corporais são influenciadas por normas e expectativas de gênero. As interações nas aulas de Educação Física frequentemente refletem e reproduzem estereótipos de gênero, o que pode limitar as experiências e oportunidades de estudantes de diferentes identidades de gênero. Portanto, a inclusão de uma perspectiva crítica sobre gênero nas práticas pedagógicas pode promover um ambiente mais inclusivo e equitativo, que valorize a diversidade e combata a reprodução de desigualdades.

Falar de gênero é “falar a partir de um modo particular de ser no mundo, fundado, de um lado, no caráter biológico do nosso ser, e, de outro, no fato da cultura, da história, da sociedade, da ideologia e da religião desse caráter biológico”. Nesse sentido o gênero possui uma função analítica semelhante àquela de classe social; ambas as categorias atravessam as sociedades históricas, trazem à luz os conflitos entre homens e mulheres e definem formas de representar a realidade social e intervir nela (Boff; Muraro, 2002. p.18).

Consequentemente, falar sobre determinações e construções de gênero representa o que se têm constituído em determinado momento em uma sociedade

sobre as definições deste conceito, trazendo a luz assim, quais imposições se fazem sob cada sujeito social antes mesmo do nascimento e quais as expectativas que são deturpadas quando não se atingem ou cumparam o que se é imposto a cada gênero e suas coerções que almejam serem atendidas em contexto social (Gonçalves; Gonçalves, 2021).

Sendo Dornelles *et al.* (2019) afirma que para a identidade existir é necessária a inteligibilidade cultural da mesma, sendo assim, nós só existimos se nossas identidades são reconhecidas culturalmente e se existem “leis” que regem essa identidade. Na nossa matriz cultural a existência que rompe com as leis já pré definidas não existem, não são aceitas e não há um regimento que garanta sua inteligibilidade.

3.3 Gênero e Educação

O conceito de gênero na educação é fundamental para compreender como as dinâmicas escolares podem reforçar ou desafiar as desigualdades sociais e as normas de gênero. Claudia Vianna (2006), em seus estudos, destaca que a escola é um espaço privilegiado para a construção e reprodução das identidades de gênero, influenciando a maneira como meninas e meninos percebem e desempenham seus papéis na sociedade. Segundo Vianna (2006), o currículo escolar, as práticas pedagógicas e as interações cotidianas entre professores e alunos são permeados por expectativas de gênero, que muitas vezes reforçam estereótipos tradicionais e limitam as potencialidades dos estudantes.

Vianna e Unbehaum (2006), por sua vez, explora como as práticas educativas podem ser tanto um reflexo quanto um agente de transformação das normas de gênero. Em suas pesquisas, Unbehaum (2006) argumenta que a educação tem o potencial de questionar as desigualdades de gênero, promovendo uma pedagogia que valorize a equidade e a diversidade. Ela enfatiza a importância de uma abordagem crítica que envolva tanto educadores quanto estudantes na reflexão sobre como o gênero influencia suas experiências e perspectivas. Essa abordagem busca não apenas a inclusão, mas a transformação das estruturas que perpetuam a desigualdade de gênero.

Além disso, a análise de gênero na educação também considera como as políticas públicas educacionais podem influenciar as relações de gênero nas escolas.

Estudos de Felipe (2007) mostram que a inclusão de temas de gênero nas diretrizes curriculares é essencial para promover uma educação que respeite e valorize as diferenças. Felipe ressalta que a falta de formação específica dos professores para lidar com questões de gênero resulta em práticas pedagógicas que muitas vezes reforçam estereótipos, em vez de desafiá-los. A formação continuada dos docentes, portanto, é crucial para a implementação de uma educação mais igualitária.

Por outro lado, a abordagem crítica ao gênero na educação também deve considerar as interseccionalidades, ou seja, como o gênero se cruza com outras categorias sociais, como raça, classe e sexualidade. Crenshaw (2019) defende que é necessário olhar para as experiências educacionais de forma interseccional para compreender plenamente as dinâmicas de poder que afetam diferentes grupos de estudantes. No contexto escolar, isso significa reconhecer que as meninas negras, por exemplo, podem enfrentar desafios específicos que diferem daqueles enfrentados por suas colegas brancas, e que essas experiências precisam ser abordadas de maneira inclusiva e sensível.

Além das práticas pedagógicas e curriculares, o espaço físico e simbólico da escola também desempenha um papel crucial na construção das identidades de gênero. Spink (2010), em suas pesquisas, analisa como a organização dos espaços escolares pode reproduzir ou desafiar as normas de gênero. Por exemplo, a separação de meninos e meninas em atividades esportivas ou a designação de cores e símbolos específicos para cada gênero são práticas que reforçam uma visão binária e limitada do gênero. Spink (2010) sugere que a criação de espaços mais inclusivos e flexíveis, onde todos os estudantes possam se expressar livremente, é essencial para uma educação que realmente promova a igualdade de gênero.

As instituições sociais, como são os estabelecimentos de ensino, são um espelho das práticas sociais da própria sociedade e a educação, que deveria desde logo, favorecer a eliminação dos estereótipos, muitas vezes ela própria reproduz a ideologia de gênero dominante; que influencia e possibilita a interiorização progressiva de papéis sociais de gênero através das normas sociais e dos valores que são transmitidos através da comunicação educacional (Carlos, 2019).

Por fim, a implementação de uma educação crítica e transformadora requer o envolvimento de toda a comunidade escolar, incluindo pais, gestores, e a própria sociedade. Como destaca Paulo Freire (1968), a educação deve ser um processo de conscientização que capacite os indivíduos a questionar as estruturas de poder e a

lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. No contexto de gênero, isso significa criar um ambiente escolar onde todas as identidades sejam respeitadas e onde as desigualdades sejam ativamente confrontadas e desmanteladas. Ao integrar a perspectiva de gênero na educação, estamos não apenas formando cidadãos mais conscientes e críticos, mas também contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Em tempos de incertezas em relação à promoção de políticas públicas que promovam o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas, torna-se urgente a criação de territórios de diálogo e o fortalecimento da natureza plural das instituições educativas em defesa de uma agenda comprometida com a igualdade de direitos e oportunidades para mulheres e homens, independente de gênero, raça, etnia e classe social (De Almeida *et al.*, 2018).

3.4 Gênero e a Educação Física Escolar

O estudo de gênero na Educação Física escolar é essencial para compreender como as práticas corporais e esportivas são influenciadas por normas sociais e expectativas relacionadas ao gênero. Biroli (2016) afirma que a Educação Física é um espaço onde as diferenças de gênero são frequentemente acentuadas, com meninas e meninos sendo direcionados para atividades distintas que reforçam estereótipos de masculinidade e feminilidade, destacando que essas práticas podem limitar as possibilidades de expressão e desenvolvimento de estudantes que não se identificam com esses papéis tradicionais, perpetuando desigualdades e exclusões.

Diniz (2011) argumenta que a Educação Física escolar muitas vezes reforça uma visão binária e hierárquica do gênero, onde atividades mais intensas e competitivas são associadas aos meninos, enquanto as meninas são incentivadas a participar de atividades consideradas mais suaves ou graciosas. Diniz (2011) defende que essa divisão não só reforça estereótipos de gênero, mas também limita o acesso das meninas ao desenvolvimento físico pleno, além de desmotivar os meninos que não se encaixam no perfil esperado de masculinidade esportiva.

Por outro lado, existe uma crescente conscientização sobre a importância de adotar práticas pedagógicas mais inclusivas na Educação Física, que considerem as diferenças de gênero de forma crítica. Jaeger (2014), ao analisar as interações de gênero nas aulas de Educação Física, enfatiza a necessidade de práticas

pedagógicas que desafiem as normas tradicionais e promovam a equidade. Jaeger (2014) sugere que atividades mistas, a valorização de diferentes habilidades e a criação de um ambiente onde todos possam participar sem discriminação são estratégias eficazes para promover a inclusão e combater os estereótipos de gênero na Educação Física.

Por fim, a perspectiva de gênero na Educação Física escolar não deve ser vista apenas como uma questão de equidade, mas como uma oportunidade para a formação de cidadãos mais conscientes e críticos. Silva (2018) defende, que ao incorporar a reflexão sobre gênero nas aulas de Educação Física, os educadores não só promovem uma prática mais inclusiva, mas também incentivam os estudantes a questionar e desconstruir as normas de gênero que permeiam a sociedade. Dessa forma, a Educação Física pode se tornar um espaço de transformação social, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária.

Atualmente documentos como os Parâmetros Curriculares Nacionais fazem alusão a importância do trato com questões acerca do gênero principalmente na disciplina de Educação Física, todavia, se analisarmos durante a história desta disciplina, as leis ou decretos, e os seus próprios objetivos nas diferentes épocas, observaremos que nem sempre assuntos relacionados a gênero receberam tamanha importância (Atmann, 2015).

O debate sobre gênero na educação física escolar é fundamental para a construção de um ambiente educativo inclusivo e respeitador. Tradicionalmente, as aulas de educação física têm reforçado estereótipos de gênero, muitas vezes limitando as oportunidades e experiências de alunos e alunas com base em normas preconceituosas. Meninas podem ser desencorajadas a participar de esportes considerados masculinos, como o futebol ou o boxe, enquanto meninos podem ser desencorajados de se envolver em atividades percebidas como femininas, como a dança ou a ginástica artística. Essas práticas não apenas perpetuam desigualdades, mas também restringem o desenvolvimento pleno das habilidades e interesses de cada estudante (Uchoga, Altmann, 2016).

Promover uma abordagem mais equitativa e sensível ao gênero na educação física envolve reavaliar o currículo e as práticas pedagógicas. É crucial adotar uma perspectiva que valorize a diversidade e permita que todos os alunos explorem uma ampla gama de atividades sem medo de estigmatização ou exclusão. Isso significa criar um ambiente onde a participação não seja limitada por normas de gênero e onde

os estudantes sejam encorajados a desafiar e redefinir o que significa ser "bom" em uma determinada atividade. Além disso, a inclusão de temas sobre igualdade de gênero nas discussões em sala de aula pode ajudar a conscientizar e promover mudanças culturais positivas, preparando os alunos para um mundo mais igualitário e respeitoso (Jacó, 2012).

Apesar dos documentos educacionais garantirem, em tese, tais determinações, na prática muitos jovens têm esse direito rechaçado ao se deparar com um ambiente escolar violento, que coloca em risco a sua integridade física e psicológica. Dentre os fatores que levam ao bullying e à violência escolar estão aqueles que são determinados pela objeção a sujeitos que não seguem as normativas de gênero e sexualidade, que são estabelecidas e fortalecidas a partir das relações e dos diversos mecanismos de controle social (Martins *et al.*, 2019).

De acordo Mezzaroba *et al.* (2024) é importante que se evidencie a necessidade do (a) professor (a) em tomar alguns cuidados, para que sejam evitadas abordagens violentas ou grosseiras por parte de alguns participantes da aula, além de pensar em diferentes estratégias para que todos tenham igualdade não só de acesso, mas também garanta que meninos e meninas tenham as mesmas oportunidades de movimento e de aprendizagem.

3.5 O Programa Residência Pedagógica

O Programa Residência Pedagógica (PRP) é uma iniciativa que visa aprimorar a formação inicial de professores, proporcionando-lhes uma imersão prática no ambiente escolar desde os primeiros anos de sua formação acadêmica. Segundo Faria e Diniz-Pereira (2019), o PRP tem como objetivo principal aproximar os futuros docentes da realidade escolar, permitindo que eles vivenciem e reflitam sobre as práticas pedagógicas em contextos reais. Faria (2019) destaca que essa experiência prática é fundamental para o desenvolvimento de competências profissionais que vão além do conhecimento teórico, preparando os residentes para enfrentar os desafios cotidianos da docência.

Júlio Emílio Diniz-Pereira (2013), por sua vez, enfatiza a importância do PRP na articulação entre teoria e prática na formação de professores. Diniz-Pereira (2013) argumenta que o programa oferece uma oportunidade única para os estudantes de licenciatura consolidarem os conhecimentos adquiridos na

universidade por meio de sua aplicação direta em sala de aula. Ele ressalta que essa articulação é crucial para a formação de professores reflexivos, capazes de adaptar suas práticas pedagógicas às necessidades específicas de seus alunos e ao contexto escolar em que atuam.

Além disso, o PRP desempenha um papel fundamental na formação de uma identidade docente sólida e consciente. Vieira (2017), afirma que a experiência proporcionada pelo PRP permite que os futuros professores desenvolvam uma compreensão mais profunda de sua profissão, construindo sua identidade profissional de forma mais crítica e reflexiva. Vieira e Haiashida (2024) aponta que, ao serem expostos a diferentes realidades e desafios escolares, os residentes têm a oportunidade de reavaliar suas concepções iniciais sobre ensino e aprendizagem, o que contribui para uma formação mais robusta e contextualizada.

Outro aspecto relevante do PRP é o fortalecimento da parceria entre universidades e escolas, essencial para a formação de professores qualificados. Segundo Luiz Carlos de Freitas (2014), o PRP promove uma colaboração mais estreita entre as instituições de ensino superior e as escolas da educação básica, permitindo uma troca constante de saberes e práticas pedagógicas. Freitas (2014) destaca que essa parceria é benéfica tanto para os futuros professores, que têm acesso a um ambiente de aprendizagem mais rico e diversificado, quanto para as escolas, que se beneficiam da atualização e inovação pedagógica trazida pelos residentes.

Por fim, o PRP também é visto como uma ferramenta importante para a valorização da profissão docente. Cunha (2004) argumenta que ao proporcionar uma formação mais prática e integrada, o programa contribui para o reconhecimento da complexidade e da importância do trabalho do professor. Enfatizando que a valorização do professor passa pela qualidade de sua formação, e o PRP, ao promover uma formação mais completa e contextualizada, ajuda a elevar o status da docência, atraindo e retraindo profissionais mais qualificados e comprometidos com a educação.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO: O Relato Propriamente Dito

No início da minha jornada no estágio do Programa Residência Pedagógica, comecei a observar atentamente a participação das alunas nas aulas de Educação

Física. Desde o começo, fiquei intrigada com a baixa adesão das meninas em comparação aos meninos e passei a refletir sobre o que poderia ser feito para reverter esse quadro. A minha preocupação central era como promover um ambiente onde as meninas se sentissem mais incluídas e motivadas a participar ativamente das atividades físicas, reconhecendo as barreiras que poderiam estar limitando essa participação.

Foi perceptível que, em algumas turmas, a participação feminina era significativamente baixa, e os meninos frequentemente demonstravam uma atitude de superioridade em relação às meninas. Essa postura, que reflete a masculinidade hegemônica discutida por Raewyn Connell, levava os meninos a insistirem que eram melhores em atividades físicas, criando um ambiente de competição desigual e desestimulante para as meninas. No entanto, observei que essa dinâmica não era uniforme em todas as turmas; em algumas, mesmo diante da atitude dos meninos, as meninas não se deixavam intimidar e participavam ativamente, demonstrando confiança e resiliência.

Diante desse cenário, percebi que era necessário implementar estratégias que abordassem a questão de gênero de forma prática e integrada às aulas de Educação Física. Corroborando com a perspectiva de Claudia Vianna, entendi que a sensibilização e a mudança de atitude dos alunos não poderiam ocorrer de maneira abrupta, mas deveriam ser trabalhadas gradualmente, por meio de atividades que favorecessem a socialização e a cooperação entre todos. Minha intenção era criar um espaço onde todos, independentemente do gênero, se sentissem valorizados e necessários para a dinâmica da aula.

Uma das estratégias que implementei foi a realização de atividades mistas, nas quais meninos e meninas precisavam interagir e trabalhar juntos para alcançar um objetivo comum. Corroborando com Jaeger, que defende a importância de práticas pedagógicas mistas que desafiem as normas tradicionais de gênero, a ideia era promover a colaboração e a compreensão mútua, mostrando que cada um, com suas habilidades e características, tem algo valioso a contribuir. Aos poucos, fui percebendo uma mudança na postura dos alunos, que começaram a reconhecer e respeitar mais a presença e a participação das meninas nas atividades.

Além disso, observei que as atividades competitivas eram uma forma eficaz de aumentar a motivação das meninas para participar das aulas. Ao elaborar competições em que todos os alunos fossem incentivados a dar o seu melhor, notei

que as meninas se mostravam mais engajadas e dispostas a participar. O ambiente de competição saudável ajudou a quebrar algumas barreiras e preconceitos, pois as meninas passaram a se sentir mais desafiadas e valorizadas por suas capacidades.

Com o tempo, percebi que essas estratégias estavam gerando um impacto positivo na participação das meninas. As turmas começaram a demonstrar uma dinâmica mais inclusiva, onde a presença feminina era respeitada e reconhecida pelos meninos. A interação entre os gêneros nas aulas de Educação Física tornou-se mais equilibrada, refletindo um ambiente de maior equidade e colaboração.

Essa experiência me ensinou a importância de trabalhar o conceito de gênero de forma prática e integrada nas atividades escolares. Reforçando o que Biroli discute sobre como a Educação Física pode acentuar as diferenças de gênero, percebi que nas aulas, as dinâmicas corporais e interações constantes, é um campo fértil para promover discussões e reflexões sobre igualdade de gênero. Ao implementar essas estratégias, sinto que contribui para a construção de um ambiente escolar mais justo e inclusivo, onde todos os alunos, independentemente de gênero, se sentem valorizados e capazes de participar ativamente.

5 CONCLUSÕES

Ao longo deste trabalho, busquei compreender e refletir sobre as dinâmicas de gênero presentes nas aulas de Educação Física, a partir da minha experiência no estágio do Programa Residência Pedagógica. Através da observação e implementação de estratégias pedagógicas, foi possível identificar os desafios e as oportunidades que surgem ao tentar promover uma maior equidade entre meninos e meninas no contexto escolar.

A análise revelou que as práticas corporais nas aulas de Educação Física muitas vezes refletem e reforçam estereótipos de gênero, o que pode contribuir para a exclusão ou desmotivação de determinados grupos, especialmente das meninas. No entanto, ao adotar práticas pedagógicas que promovem a socialização, a cooperação e a competição saudável entre todos os alunos, independentemente de gênero, é possível criar um ambiente mais inclusivo e equitativo.

O processo de inserção do tema de gênero de forma prática e integrada nas atividades de Educação Física mostrou-se eficaz para a sensibilização dos alunos e para a promoção de um espaço onde todos se sentissem valorizados. As estratégias

desenvolvidas durante o estágio demonstraram que, com intervenções adequadas, é possível reverter quadros de baixa participação feminina e fomentar uma cultura de respeito e colaboração entre meninos e meninas.

Por fim, esta experiência reforçou a importância de uma abordagem crítica e reflexiva no ensino de Educação Física, onde as questões de gênero são tratadas de maneira consciente e deliberada. A construção de um ambiente escolar mais justo e inclusivo é um processo contínuo, que demanda o empenho de todos os envolvidos na educação. Este trabalho contribuiu para o entendimento de que as práticas pedagógicas, quando bem planejadas e executadas, podem ser poderosas ferramentas para a transformação social, promovendo a igualdade de gênero e o respeito às diferenças desde a infância.

A residência pedagógica desempenha um papel crucial na formação de futuros educadores, proporcionando uma ponte entre a teoria acadêmica e a prática real das salas de aula. Durante o estágio, os estudantes têm a oportunidade de vivenciar o cotidiano escolar, aplicar métodos e estratégias pedagógicas aprendidos ao longo do curso e enfrentar desafios reais da profissão. Essa experiência prática é essencial para consolidar conhecimentos teóricos, desenvolver habilidades de gestão de sala de aula e adaptar abordagens pedagógicas às necessidades dos alunos.

Além disso, a residência pedagógica permite que os futuros professores experimentem a dinâmica das interações com alunos, pais e colegas, promovendo um entendimento mais profundo da realidade escolar. Essa imersão proporciona um feedback valioso, que é fundamental para o aprimoramento profissional. Os estagiários também têm a chance de refletir sobre suas práticas, identificar áreas de melhoria e construir confiança em suas habilidades de ensino. Em suma, o estágio pedagógico é uma etapa fundamental para a formação de educadores competentes e preparados para enfrentar os desafios e oportunidades da profissão, garantindo uma educação de qualidade para os alunos.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Educação física escolar: relações de gênero em jogo. Cortez Editora, 2015.

ATTMANN, Joana. Educação Física e gênero: uma análise histórica dos documentos oficiais. Editora Cortez, 2015.

BIROLI, Elisabeth. Educação Física e gênero: uma análise das práticas escolares e suas implicações. *Revista Brasileira de Educação*, v. 21, n. 1, p. 87-102, 2016.

BOFF, Leonardo; MURARO, Rose Marie. O gênero na crise da cultura dominante e na emergência de um novo paradigma civilizacional. BOFF, Leonardo e MURARO, Rose Marie. *Feminino e masculino: Uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

BUTLER, Judith. Excerpt from gender trouble. In: *Feminist Social Thought*. Routledge, 2014. p. 112-128.

CARLOS, Beatriz Nunes. A educação para a (des) igualdade de gênero: O papel da educação na (re) produção dos estereótipos de gênero. *Repositório Universidade Nova*, 2019.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael; PHELAN, Anne M. Shaping a professional identity: Stories of educational practice. *Alberta Journal of Educational Research*, v. 46, n. 3, p. 288, 2000.

CONNELL, Raewyn. *Gender and power: Society, the person and sexual politics*. John Wiley & Sons, 2013.

DA CUNHA, Maria Isabel. Diferentes olhares sobre as práticas pedagógicas no ensino superior: a docência e sua formação. *Educação*, v. 27, n. 3, 2004.

DE ALMEIDA, Sandra Maciel; JAEHN, Lisete; VASCONCELLOS, Mônica. Precisamos falar de gênero: por uma educação democrática. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 13, n. 2, p. 1503-1517, 2018.

DINIZ, Débora. Gênero e práticas corporais na Educação Física escolar: um estudo sobre a divisão de atividades. *Educação e Pesquisa*, v. 37, n. 2, p. 321-335, 2011.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. A construção do campo da pesquisa sobre formação de professores. *Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade*, p. 145-154, 2013.

DORNELLES, Fernanda et al. Transexualidade: o brincar relacionado a identidade de gênero. *Research, Society and Development*, v. 8, n. 5, p. 01-12, 2019.

FARIA, Juliana Batista; DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Residência pedagógica: afinal, o que é isso?. *Revista de Educação Pública*, v. 28, n. 68, p. 333-356, 2019.

FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. *Pro-posições*, v. 18, n. 2, p. 77-87, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Editora Paz e Terra, 1968.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. *Educação & Sociedade*, v. 35, p. 1085-

1114, 2014.

GONÇALVES, Marllon Caceres; GONÇALVES, Josiane Peres. Gênero, identidade de gênero e orientação sexual: Conceitos e determinações de um contexto social. *Revista Ciências Humanas*, v. 14, n. 1, 2021.

JACÓ, Juliana Fagundes. Educação física escolar e gênero= diferentes maneiras de participar das aulas. 2012. Tese de Doutorado. [sn].

JAEGER, Fernando. Gênero e práticas pedagógicas na Educação Física: desafios para a promoção da equidade. *Revista Brasileira de Educação Física e Esportes*, v. 28, n. 1, p. 45-59, 2014.

MARTINS, José Geovânio Buenos Aires et al. Sexualidades e bullying homofóbico na escola. *Intersaberes*, v. 14, n. 32, p. 445-472, 2019.

MEZZAROBBA, Cristiano et al. Precisamos falar sobre gênero e sexualidade: um estudo de caso sobre o papel da educação física escolar nesse debate. *Corpoconsciência*, p. e17939-e17939, 2024.

NOVAK, J. D. *Learning how to learn*. Press Syndicate of the University of Cambridge, 1984.

SCOTT, Joan Wallach; LOURO, Guacira Lopes; SILVA, Tomaz Tadeu da. Gênero: uma categoria útil de análise histórica de Joan Scott. *Educação & realidade*. Porto Alegre. Vol. 20, n. 2 (jul./dez. 1995), p. 71-99, 1995.

SILVA, Maria das Graças. Gênero e práticas pedagógicas na Educação Física: uma abordagem crítica. [S.l.: s.n.], 2018.

SPINK, Mary Jane. Gênero e espaços escolares: uma análise das práticas pedagógicas e suas implicações. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 91, n. 227, p. 105-120, 2010.

UCHOGA, Liane Aparecida Roveran; ALTMANN, Helena. Educação física escolar e relações de gênero: diferentes modos de participar e arriscar-se nos conteúdos de aula. *Revista brasileira de ciências do esporte*, v. 38, n. 2, p. 163-170, 2016.

VIANNA, Claudia; UNBEHAUM, Sandra. Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 27, p. 407-428, 2006.

VIEIRA, Elton Rodrigues; HAIASHIDA, Keila Andrade. Programa residência pedagógica e identidade docente: relato de um residente PCD. *Revista Amazônica: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas*, v. 9, n. 2, p. 1-15, 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, p. 139-167, 1989.